

DESPACHO Nº 50, DE 29 DE AGOSTO DE 1997

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1430/97. Referência: Terra Indígena CHÃO PRETO. Interessado: Grupo Indígena Xavante. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

DOU
04.09.97
XVD 00148
Se 1
19.463-6

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1445/96, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria do antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena CHÃO PRETO, de ocupação do respectivo grupo tribal Xavante, com superfície e perímetro aprovados de 8.060 hectares e 52 km respectivamente, localizada no município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

SULIVAN SILVESTRE OLIVEIRA

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA CHÃO PRETO - MT.

Referência: Processo FUNAI/BSB/1430/97. Terra Indígena: Chão Preto. Localização: Município de Campinápolis, Estado de Mato Grosso. Superfície: 8.060 ha. Perímetro: 52 km. Sociedade Indígena: Xavante. População da aldeia Chão Preto 56, beneficiada: 391 habitantes. Identificação e Delimitação: Grupo Técnico instituído pela Portaria nº 107/PRES, de 26/03/96 e 514/PRES, de 27/06/96, coordenado pelo antropólogo Jorge Luiz de Paula.

1 - CARACTERIZAÇÃO

A identificação e delimitação da Terra Indígena Aldeia Chão Preto, contígua à Terra Indígena Parabubure, em parte de seu limite Sul, é uma antiga reivindicação dos Xavante dessa área, mais especificamente, dos habitantes das aldeias Chão Preto, Campinas, Boa Vida, Jerusalém, Santa Helena e Mato Grosso, subordinadas ao Posto Indígena Campinas.

Assim, muitos dos dados históricos da ocupação, migração, demografia e culturais, referem-se à terra Parabubure, destacando-se, quando possível, as particularidades com relação aos grupos mais diretamente ligados às terras em estudo.

Localizada no município de Campinápolis - MT., nas cabeceiras dos rios Couto Magalhães e Paraíso, tem como limite Norte, os córregos dos Patos (afluente da margem direita do rio Paraíso) e o Matrinxã (afluente da margem direita do rio Couto Magalhães) e no limite Sul, uma linha seca que liga as cabeceiras de um córrego sem nome (afluente do córrego Matrinxã) à confluência do córrego dos Patos com o rio Paraíso, conforme Memorial Descritivo e Mapa de Delimitação em anexo.

Os estudos e levantamentos sobre a área, a nível de campo, foram realizados por técnicos da FUNAI, INCRA e INTERMAT, com a participação e acompanhamento diretos dos Xavante das aldeias citadas especialmente pelas da aldeia Chão Preto. Foram realizados nos meses de abril/maio de 1996, por determinação da Portaria nº 92/PRES/97, substituída pela de nº 170/PRES/96, publicada no DOU nº 62, Seção 2, folha nº 2246, de 29/03/96, alterada pela de nº 344/PRES/96 para inclusão do município de Novo São Joaquim nas áreas de estudo e substituição de técnicos participantes, publicada no DOU nº 51, folha 1840, de 14/03/96 e prorrogada pela de nº 514/PRES, de 27/06/96, publicada no DOU nº 126, de 02/07/96, seção 2, folha nº 4929.

2 - DADOS GERAIS

Do tronco lingüístico Jê e família Akwe, a língua Xavante é usada correntemente entre os Xavante das aldeias citadas e com os demais indivíduos do grupo, enquanto o português só é falado quando no contato com os não-índios e, mesmo assim, com dificuldade por muitos.

Segundo David Maybury-Lewis, " ... são as linhagens (grupo formado pelos indivíduos que se reclamam do mesmo antepassado comum, em virtude de uma regra de filiação unilinear) os grupos corporados nos quais o sistema político se baseia. (...) Uma facção é formada por uma linhagem e seus correligionários, que podem ser outras linhagens do mesmo clã (grupo formado por uma ou por várias linhagens), indivíduos isolados ou mesmo linhagens de outro clã. (...) A facção dominante em qualquer aldeia tem plena consciência de que as linhagens menores podem e de fato chegam a separar-se, provocando cisões, quando seus direitos são infringidos. (...) O sistema político depende assim de um delicado balanço de poder e interesse" (Maybury-Lewis, David. A Sociedade Xavante. Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1984 : 225/6).

Resumidamente, temos que o sistema político na sociedade Xavante tem por principal característica o faccionalismo que é marcante quanto a distribuição espacial da população. Ele fornece a base para a compreensão dos processos de cisão verificados mesmo antes do contato. Fazendo-se necessário ressaltar, porém, que a postura de cada grupo quanto a aceitação ou rejeição do contato se torna um fator marcante a influir nos processos de cisão, desde as primeiras experiências dos povo Xavante com o mundo dos não-índios, assim como as profundas alterações econômicas, demográficas, ambientais e geopolíticas vivenciadas pelo grupo.

No campo político estas alterações vão se processar, principalmente, pela introdução de novos mecanismos de alcance do prestígio, fundamental para o exercício da liderança. Contraindo-se à habilidade na caça e na guerra, teremos a habilidade no relacionamento com os não-índios e na obtenção de recursos para a comunidade. Também o exercício de funções remuneradas e de grande poder de influência, como chefe de posto, monitor de saúde ou professor, permite, principalmente aos mais jovens, prestígio suficiente para pretender galgar os postos de chefia. A postura frente aos brancos e a escolha das alianças a serem mantidas com os setores específicos da sociedade nacional (FUNAI, prefeituras, fazendeiros e missões), às vezes conflitivas entre si, refletem também sobre os processos de cisões.

No campo econômico, além das alterações provocadas pelo surgimento de funções remuneradas, novos bens e produtos manufaturados introduzidos no consumo, parecem não se adaptar ou não ter sido bem absorvidos pelos mecanismos de redistribuição internos, responsáveis pela manutenção da estabilidade do grupo. A situação de dependência em relação a estes bens e produtos, leva facções minoritárias, insatisfeitas com as formas de redistribuição a cindir-se, buscando adquiri-los autonomamente e com maior facilidade. Os "Projetos Econômicos" implementados, no geral, não levam em conta estes fatores; pelo contrário, muitas vezes buscam favorecer uma "política de caciques". Outro fator econômico relevante é a escassez de recursos naturais, principalmente de caça, provocado pela depredação do ambiente e exploração intensiva oriunda da sedentarização e do crescimento demográfico que tem se dado a taxas bastante altas.

Outros fatores importantes e que devem ser considerados para a compreensão do faccionalismo do grupo é a defesa territorial e o aumento populacional.

Tais fatores já eram ressaltados por Araci Lopes, em 1986, ao afirmar: "Os Xavante, nos últimos anos, têm aliado o faccionalismo que caracteriza o seu sistema político tradicional a uma estratégia muito atual de defesa de seu território. Assim é que as disputas faccionais somadas à recuperação demográfica do grupo tem

levado sistematicamente a cisões que propiciam, através do surgimento de novas aldeias a ocupação, controle e fiscalização das várias áreas de cada reserva" (Lopes da Silva, Maria Araci de Pádua. Nomes e Amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê. FFLCH - USP, Coleção Antropologia, vol. 6, São Paulo, 1986:49).

É preciso considerar, ainda, como uma característica dos Xavante as migrações internas que são de caráter sazonal e prestam-se, principalmente, ao atendimento das necessidades de se obter um bom rendimento das atividades de caça e coleta.

Resultado de uma adaptação à jurisdição administrativa da FUNAI, a distribuição espacial dos grupos (facções) de Parabubure, tem hoje a seguinte configuração:

PIN Parabubure: Aldeia *Parabubu*, Palmeiras, São Jorge, Santa Luzia, Santo do Céu, São João Batista, Pedra Preta, e Santo André;

PIN Xavante: Aldeia Couto Magalhães, Santa Maria, São Domingo Sávio, Espírito Santo, São Pedro, São Paulo, Nossa Senhora Aparecida, São José, Santa Clara e São Felipe;

PIN Campinas: já indicadas;

PIN Estrela: Aldeias Estrela, Barreiro e Jacu;

PIN Itá: Aldeias Egito, Buritizal, Brasil e *Etepore*; e

PIN *Ubawawe*: aldeias Novo Paraíso, Aldeinha, Água Limpa, Aldeona, Córrego da Mata, Betel, Santa Cruz, Sucuri, Baixão e Alto da Vitória

3.- HABITAÇÃO PERMANENTE

Resumidamente temos que em 1979, quando da demarcação da T.I. Parabubure, com 224.447 ha, ocupavam-na 06 aldeias; em 1985, 16; em 1988, 20 e em 1995, as 41 a seguir relacionadas com suas respectivas populações que somam 3.237 indígenas: Novo Paraíso - 224; Aldeinha - 125; Aldeona - 244; Água Limpa - 29; Sucuri - 116; Baixão - 29; Santa Cruz - 97; Córrego da Mata - 131; Alto da Vitória - 15; Betel - 22; Campinas - 141; Mato Grosso - 51; Jerusalém - 22; Santa Helena - 34; Boa Vida - 87; Chão Preto - 56; Egito - 68; Buritizal - 67; Brasil - 41; *Etepore* - 66; Estrela - 176; Barreiro - 36; Jacu - 55; São Pedro - 268; São José - 89; São Domingo Sávio - 90; São Paulo - 29; São Felipe - 137; Santa Clara - 142; Santa Maria - 43; Nossa Senhora Aparecida - 17; Espírito Santo - 52; Couto Magalhães - 41; *Parabubu* - 95; São Jorge - 89; Santo André - 42; Pedra Preta - 20; Palmeiras - 34; Santa Luzia - 28; Santo do Céu - 10; e São João Batista - 79.

Objetivando a não exaltação de ânimos na área e no aguardo de encaminhamentos legais por parte da FUNAI, os Xavante não construíram, nesta área, aldeamentos novos. No entanto, a população da aldeia Chão Preto, localizada à margem do córrego Matrinxã que, como vimos, é parte do seu limite Norte, ocupa e usa de modo direto e contínuo, dela dependendo suas principais atividades de subsistência: Caça, coleta, pesca e agricultura. As demais aldeias ligadas ao PIN Campinas usam-na, especialmente, para caça.

A demografia Xavante há tempos vem sendo objeto de reflexão. Como outros povos, sofreram um decréscimo populacional drástico na primeira fase do estabelecimento do contato e nos primeiros vinte anos após. Num segundo momento passaram a ter uma acelerada recuperação demográfica, contando atualmente com taxas de crescimento bastante elevadas, que indicam a urgente necessidade de regularização dessa e de outras terras para os habitantes da T.I. Parabubure.

4 - HISTÓRICO

O povo Xavante não é originário da região de Mato Grosso. Alguns autores, baseando-se na história oral do grupo, dizem que ele viveu no litoral (do mar), em tempos remotos.

As primeiras notícias que dos Xavante são dadas, os encontram em Goiás, em 1751 (Chaim, Marivone Matos. Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749 - 1811, 2º ed., Nobel, Fundação Pró-Memória. São Paulo, 1983: 39/42 e Silva, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história Xavante. In Cunha, Manoela Carneiro da (org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992: 362). Considerados pacíficos até aquela época passaram a atacar os garimpeiros que se aventuravam por seu território, tendo por isso sofrido represálias. A Guerra ofensiva contra os Xavante foi decretada em 1764, sendo que só em 1788 foram "vencidos" e aldeados no aldeamento Carretão III, em número superior a 2000 índios. Após uma epidemia que matou mais de cem deles e em função da escravidão e dos maus tratos a que foram submetidos, fugiram aos poucos desse aldeamento. Acuada em seu próprio território, embrenharam-se nas matas, onde passaram a se defender cada vez mais, acabaram por se ver na contingência de abandoná-lo tomando o rumo do Estado do Mato Grosso, até então não ocupados pelas frentes colonizadoras.

Neste processo, segundo Ravagnani, deu-se a cisão entre os grupos *Akwe*, passando os que permaneceram em Goiás a serem chamados de Xerente (Ravagnani, Oswaldo Martins. A Experiência Xavante com o mundo dos brancos. UNESP, Araraquara-SP, 1991 : 25-68).

Ainda que a época exata dessa travessia dos rios Araguaia e das Mortes seja tema controverso, Ravagnani, encontrou documentos que relatam a presença do grupo, no Mato Grosso, já no ano de 1800 (já citado: 72).

Segundo Sbardellotto, após terem travado guerras com as nações indígenas que ocupavam a área, "até o ano de 1850 já tinham tomado posse definitivamente de suas novas terras, donos "incontestados" a rechacem para sempre mais longe: para o Norte os Kaiapós, para as praias do Araguaia, ao Leste os Karajás, para o Sul os Bororós, para o Sudeste os Karajá Bakairis" (Sbardellotto, Pe. Pedro. Sugestões para criação de reservas para os índios Xavante. In Do primeiro encontro dos Xavante à demarcação de suas reservas. Missão Salesiana do Mato Grosso, Campo Grande, 1996).

Seu novo território tinha como limites, segundo Ravagnani: ao Sul, o Rio das Mortes; a Leste o Rio Araguaia; ao Norte o Rio Tapirapé; e a Oeste a Serra do Roncador.

Reconstruir dentro desse território as migrações Xavante até chegar às atuais aldeias é tarefa hercúlea e ainda não enfrentada objetivamente. Isto se torna ainda mais complicado se observamos que as frequentes cisões e recomposições de aldeias e o exílio forçado nas missões e postos do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), terminaram por embaralhar os elementos, não se permitindo afirmar com exatidão a correspondência entre os habitantes de todas as aldeias atuais às antigas.

Segundo Giaccaria & Heide, em 1860/70, parte do grupo ocupava uma aldeia denominada *Wede'ú*, nas margens do Rio das Mortes que, após pelo menos quatro cisões e localizações diferenciadas, constituiu-se na aldeia *Oniüdü*, localizada no rio Kuluene.

Com base nos diversos estudos já realizados sobre o grupo e em informações coletas em campo, pelos técnicos do GT, sabe-se que os habitantes que constituem hoje o grupo do PIN Campinas, antes do contato, pertenciam ao grupo da Aldeia *Oniüdü* do qual cindiram-se, recentemente. Esta aldeia seria a mesma *Anhiutire* que é o nome dado pelos Xavante à atual aldeia Aldeona, a qual dizem ter existido no mesmo lugar antes do contato.

Durante cerca de 200 anos, após muitas fugas, tiveram os Xavante de resistir à violência dos que pretendiam reduzi-los à força e que acabaram usurpando seus territórios em Goiás; guerrear contra muitos inimigos para constituir um novo território em Mato Grosso; expulsar aqueles que tentaram invadi-lo; e repelir os que tentaram lhes tirar a liberdade mediante métodos persuasórios.

Na segunda metade da década de 1940, não havia mais como continuar tal resistência ou para onde fugir. A "Marcha para os Oeste" estava encetada e nela empenhavam o Governo Federal e todas as forças estaduais. Eles, os Xavantes, eram o último obstáculo a transpor.

As terras da região dos Rios Couto de Magalhães e Kuluene, por alguns anos ainda, foram refúgio para aqueles que teimosamente insistiam em resistir. A despeito de saberem e conhecerem as "boas novas" que o contato podia lhes dar, recusaram os espelhos e as panelas. Agüentaram uns tantos massacres, mas não puderam resistir às doenças. Segundo Sbardellotto (já citado : 100-105) existiam em 1950 três grupos na região chamada *Nordisu'ra*. Um deles era liderado por dois chefes *Dutsã* e *Eribuenã* e encontravam-se perto da confluência das duas cabeceiras principais do Rio Couto de Magalhães. Em 1952 faziam investidas contra os fazendeiros que tentavam ocupar as cabeceiras dos rios *Noidore* e *Couto de Magalhães*, portanto defendiam a área em estudo. Por tais investidas foram atacados em suas aldeias no ano de 1952, tendo sofrido 12 mortes: 9

DOU
04-09-97

Se 1
19.464

crianças, uma mulher e um homem.

Segundo depoimentos do Cacique Abraão, da aldeia Aldeona, a Eugênio Wenzel (Wenzel, Eugênio Gervásio. Laudo Pericial. In Processo nº 3042-2 Seção Judiciária Federal do Estado do Mato Grosso, 3ª

Vara, 1995 : 7-8), entre outras, cita a existência de aldeia na região das cabeceiras do córrego *Auané* (grande lambari- Matrinxã), que corresponde às cabeceiras do rio Couto Magalhães e de vários cemitérios. O velho Marcos *Tsówa ß*, da aldeia Chão Preto, confirmou, *in loco*, tal existência quando os técnicos do GT pesquisaram na área. No dizer de Abraão, "em 1910 não tinha branco, era só Xavante. Em 1920 não havia branco, era só Xavante".

A década de 1950 representa a "rendição" dos Xavante. No início desta década, em 1950, pelo Decreto Estadual nº 903 de 28/03/1950, o Estado do Mato Grosso doou aos Xavante "as terras que ocupam no município de Barra dos Garças" com uma extensão aproximada de dois milhões de hectares. Dele constava, no entanto, uma cláusula que determinava o retorno das terras ao Estado caso o SPI não as demarcassem até o prazo máximo de dois anos. Como previsível, tal demarcação não aconteceu, passando o Governo do Estado, já em 1952, a titulá-las a terceiros nelas interessados, desconhecendo por completo os direitos dos seus verdadeiros donos.

Nesse mesmo ano de 1952 foi levado ao Congresso Nacional a proposta de criação do Parque Indígena do Xingu. Nele estavam incluídas as terras Xavante, desde os afluentes do rio Xingu como o rio Kuluene, até o rio das Mortes. Em 1961 o PQXIN foi criado mas dele excluído o território Xavante.

Sem as terras regularizadas, vencidos pelas doenças e combatidos por aqueles que desejavam suas terras, o grupo foi se "entregando" aos poucos e mudando-se para junto dos postos do SPI e para a Missão Salesiana. As últimas aldeias da região da atual T. I. Parabubure a mudar-se foram: *Ohinuturê* em 1955; *Parabubu* 1957; *Wedetede e Rituwawe* entre 1956 e 1958 e *Parawanha'radze*, entre 1958 e 1959.

Tais mudanças deixaram a área livre para que o Governo do Estado de Mato Grosso, que já vinha vendendo tais terras de uso tradicional Xavante a um sem número de aventureiros, propiciasse a estes ocupá-las de fato.

Não durou muito o afastamento dos Xavante das terras que sempre consideraram como suas. Pouco tempo após terem se abrigado nas missões e postos do SPI, começaram a se organizar para o retorno.

4.1 -- Cronologia da Regularização da T.I. Parabubure

Já em 1965, o líder Xavante Benedito transferiu-se para a sua antiga aldeia no rio Couto de Magalhães, área em que já se havia instalado a fazenda Xavantina.

Em 1967 o Governo do Estado do Mato Grosso reservou uma área de 10.000 ha da aldeia do Benedito, conforme Reg. nº 19.250, L.v. nº 34, fl.88 a 89V, Cartório do 4º Ofício Cuiabá - MT.

Em 1968 a FUNAI apresentou uma proposta com base no decreto estadual de 1950 que, embora não abrangesse as cabeceiras do Rio Couto Magalhães nem a sua margem esquerda onde estavam situadas suas principais aldeias, foi considerada visionária.

Em 23/09/1969, pelo Decreto nº 65.212 foi criada a Reserva Rio Couto Magalhães.

No início da década de 1970, mesmo com a exiguidade de terras reconquistadas, foram voltando aos poucos, reocupando as suas áreas de origem e reorganizando-se para as próximas batalhas para reconquistar seus territórios.

Em 13/10/69, o Decreto nº 65.212 foi alterado pelo Decreto nº 65.405, também alterado pelo de nº 75.426, de 27/02/75. Em 27/02/1975, foi criado pelo Presidente da FUNAI, o Posto Indígena Kuluene, com superfície aproximada de 51.000 ha.

Em 21/12/1979, pelo Decreto nº 84.337, cria-se a Reserva Indígena Parabubure, homologada com 224.447 ha, nela incluindo a Reserva Indígena Couto Magalhães e o Posto Indígena Kuluene.

Embora reconhecendo que o grupo indígena preexistiu na área aos não-índios, que ele foi expulso da região por pressão armada e biológica várias reivindicações de trechos do território Xavante não foram incluídos na T.I. Parabubure, inclusive a que engloba a área em análise.

Assim, face ao não atendimento da reivindicação dos habitantes da aldeia Campinas, em abril de 1989, surge um conflito com os ocupantes não índios da região do Córrego do Matrinxã, área da Fazenda de Olímpio Azambuja de Castro, os quais, além de ocupar a área considerada pelos Xavante como deles, desfiguravam-na e dilapidavam os seus recursos ambientais. Desse conflito resultou a expulsão dos não índios pelos Xavante e dois processos judiciais contra a União Federal e a FUNAI, movidos por Olímpio Azambuja de Castro: Processo nº 00.0001475-3, Interdito Proibitório e nº 89.000/94, Medida Cautelar de Atentado, os quais estão ainda pendentes.

5 - ATIVIDADES PRODUTIVAS

Como já referido anteriormente os Xavante não construíram aldeias dentro desta terra. É nela, porém, que concentram suas atividades produtivas, a seguir explicitadas.

A CAÇA é, historicamente, a principal atividade dos Xavante. Sua importância, no nível econômico, se dá por ser a principal fonte na obtenção de recursos protéicos. No campo das representações simbólicas ela mantém atividade primordiais ao modo de vida do grupo.

As principais espécies caçadas são: anta, queixada, caititu, cervo, veado, tatu, tamanduá, paca, cotia, onças, aves como ema, seriema, jacu, mutum pombas, perdizes e nhambus.

Os Xavante classificam as caçadas de acordo com suas finalidades, sendo as mais importantes as seguintes: *Hömonö*, *Abá*, *Dü*, *Dabatsá*, *Isere* e *Dzomöri*. Sucintamente e para exemplificação explicitamos as características básicas de uma delas, a *Hömonö*: é uma caçada coletiva que envolve a maior parte dos homens da aldeia; tem duração aproximada de uma semana; é realizada em área aberta, em várzeas e buritizais; é decidida pelo *Wará*, conselho da aldeia; sua realização ocorre em período seco; há distribuição dos participantes em grupos de idade, os quais tem atribuições específicas; os iniciados não tomam parte na caçada propriamente dita, ficando responsáveis pelo acampamento e preparo dos animais caçados; a caça consumida no acampamento é apenas aquela conseguida no primeiro dia, sendo que nos demais se consome apenas os "miúdos" dos animais caçados; os homens do grupo de idade mais velho são os responsáveis pela distribuição do produto da caça na aldeia; e a comunicação entre os participantes é feita via gritos específicos que indicam o encontro de rastros de animais determinados.

A técnica do uso do fogo para conseguir maior rendimento em caçadas e que é famosa e sabidamente predadora do ambiente, se dá na caçada chamada *Dü*.

Em todos os casos a apropriação dos animais caçados nunca é de quem matou o animal. Na maioria das vezes é de quem o viu primeiro. Ainda assim a distribuição não é feita por aquele que dela se apropriou, cabendo a este apenas sugerir a parte que gostaria de receber, ou então uma parte determinada segundo a tradição do grupo.

As "caçadas de espera", por não ser tradicional do grupo, não recaí nenhum compromisso social previsto, podendo seu uso, por isso, ser destinado ao comércio.

A COLETA é de singular importância para o grupo. Segundo Maybury-Lewis, "sem a caça a cultura Xavante seriam muito diferente; mas sem a coleta, os Xavante não seriam jamais capazes de existir" (Maybury-Lewis David, já citado: 87).

Tamãha importância é atestada inclusive pela toponímia, identificando-se lugares e aldeias pela característica disponibilidade de produtos de coleta onde se localizam. O próprio nome Terra Indígena Parabubure, teve origem na antiga aldeia *Parabubu*, cujo nome é o mesmo de uma batata amarga muito comum no local.

Os Xavante, coletam, para fins diversos, uma infinidade de plantas, frutos, tubérculos, raízes, insetos e larvas. Sua importância está ligada ao fato de proporcionar alimento constante, variado, saboroso e de grande importância na subsistência do grupo. A guisa de exemplos destacam-se: a) alimentação: as palmeiras -

DOU
04-09-97
Ser 1
19.468

babaçu, acuri, buriti, macaúba, pindoba e piaçaba; as frutas do cerrado; pequi, jatobá, jabuticaba, baru, caju e mangaba; a formiga vermelha, larvas de abelha e mel; b) artesanal - confecção de utensílios domésticos, ornamentos, armas, cerâmica, ferramentas - as palmeiras tucum, buriti e babaçu; sucupira; pau-brasil; aroeira; piteiras; envireiras, bambus e taquaras diversas; e c) diversas plantas medicinais.

A PESCA, tidas por vários estudiosos da cultura Xavante como "ocasional" ou "de pouca importância" é, no entanto, desde tempos remotos, uma atividade tradicional do grupo. Sua prática tem valor simbólico e prático, estando a ela ligados alguns rituais específicos e mitologias referentes aos espíritos que habitam as águas dos rios e lagos.

A introdução de novas técnicas, a exemplo da linha e do anzol, somadas à relativa escassez de caça, à menor disponibilidade de tempo em função da dedicação à agricultura e à sedentarização em regiões próximas a rios e córregos em função de facilitar o contato, tornaram-na uma atividade imprescindível.

A pesca pode ser praticada por ambos os sexos, inclusive por crianças, individual ou em grupos. A chamada *Abawadi* é coletiva, envolve toda a aldeia, e sua realização envolve um ritual próprio que é propiciatório à sua realização. Para os Xavantes os rios são habitados por espíritos bons, os *Oredewa* (donos dos rios), a quem se deve pedir permissão para pescar. Segundo a mitologia do grupo, foram estes espíritos que lhes deram as abóboras e as batatas. Os lagos são habitados por espíritos considerados "sovinas e perigosos", os *U'wedewa*, aos quais também se deve pedir, em rituais próprios, permissão para pesca.

Há entre os Xavante, tanto em relação à caça como à coleta e à pesca, um posicionamento intransigente de defesa desses recursos, implicando isso na defesa do território como um todo.

A AGRICULTURA, é uma atividade acentuadamente marcada pelo contato. Antes, os Xavante cultivavam poucos produtos: milho (7 variedades), feijão, abóboras, mandioca, batata, algodão e urucum.

Segundo Maybury-Lewis (já citado: 93), "para os Xavante, o produto das colheitas eram pensado mais como alimento para ser usado nas celebrações do que como fonte essencial para a sobrevivência da comunidade".

As roças eram, exclusivamente, familiares sendo o grupo doméstico, por excelência, a unidade econômica básica. A maior parte da atividade era de responsabilidade feminina. Os homens tomavam parte, conjuntamente, na tarefa de derrubada, queima e plantio. Caracterizava-se pela técnica de coivara e sistema de agricultura móvel.

Porém, as alterações no sistema tradicional começaram a ser implantados, pelo SPI, mesmo antes do contato, fazendo parte de uma política deliberada de ocupação do seu território pelas frentes de expansão da sociedade nacional. Com esse objetivo o SPI preparou roças durante a "atração" para serem repassadas aos índios, bem como tentou persuadi-los a cultivarem outras plantas, a exemplo de arroz, macaxeira e banana. No final dos anos de 1970, com o projeto Xavante, que envolveu vultosos recursos, a FUNAI tomou como norma, nas reservas Xavante, inclusive em Parabubure, a implantação de roças comunitárias mecanizadas para a produção intensiva de arroz destinado sobretudo à venda. As roças tradicionais continuaram a existir porém sem maiores incentivos.

Apesar do grande dispêndio financeiro e da enorme propaganda que envolveu o projeto, ele foi na prática um verdadeiro desastre. Integralmente mantido pela instituição, cujos funcionários se desdobravam, para, pessoalmente, operar as máquinas e garantir as metas previstas, sua sustentabilidade era artificial, até mesmo nos resultados da produção. Tão logo secou a fonte dos recursos, com a crise na qual entrou o país naqueles anos, no fim da era do "milagre econômico", o projeto foi à bancarrota. "Exército de tratores, arados, semeadeiras e colhedeiras" virou sucata ou foi vendido pelos próprios Xavante. O resultado pior para os Xavante no entanto foi a desestruturação de seu modo de produção e as conseqüentes mudanças no modo de vida do grupo. A sedentarização sem os necessários saneamentos básicos e a as alterações alimentares que passaram a ter como base os produtos agrícolas, geraram a incidência de doenças infecto-parasitárias e infecto-contagiosas a exemplo de diarreias, pneumonias e tuberculose.

Atualmente há um intenso esforço dos índios no sentido de aumentar a produção agrícola, inclusive de espécies destinadas basicamente ao comércio, como a banana, o que tem levado ao escaqueamento de áreas agricultáveis próximo da aldeia e a busca de novas, sobretudo às margens dos córregos Matrinxã e dos Patos.

A PECUÁRIA, atividade desconhecida pela cultura Xavante, era para o projeto Xavante a maneira de fornecer a proteína necessária à complementação da produção agrícola. Ainda que o grupo contasse com boas pastagens e muitas matrizes para iniciar a atividade, não a assimilou e o que resta dela é insignificante.

A EXTRAÇÃO DA MADEIRA é uma atividade econômica sabidamente irregular pelos Xavante. Praticada com certa freqüência em algumas aldeias, tem causado problemas diversos com as autoridades nacionais e mesmo entre os grupos. Ainda que seus membros venham se conscientizando dos problemas ecológicos causados pela prática desordenada desta atividade, não há perspectiva de solução para a sua paralisação completa, sobretudo, por ser uma fonte de dinheiro fácil.

OUTRAS ATIVIDADE ECONÔMICAS, como a avicultura, a suinocultura e o artesanato, não tem grande significação entre os Xavante. Diferentemente a VENDA DA FORÇA DE TRABALHO maiormente na forma de emprego na FUNAI, ainda que envolva diretamente poucas pessoas, tem um grande poder. O valor da remuneração e sua regularidade, proporciona a seus detentores, condições de se destacar dentro do grupo, permitindo-lhe, inclusive, disputar a liderança da aldeia. Também a BUSCA DE PRESENTES E DOAÇÕES, pelas lideranças, tem grande significação. Habilidade neste mister, fazem dele a principal fonte na obtenção de medicação, ferramentas de trabalho, roupas, calçados, carros, combustíveis e alimentos. As principais fontes de obtenção desses recursos são a FUNAI, as igrejas, as ONGs indigenistas, os governos estaduais, as embaixadas de países europeus e os fazendeiros vizinhos. As APOSENTADORIAS tem se tornado cada vez mais importantes, sendo de ressaltar que os recursos desta fonte entram no sistema de obrigações culturais do grupo. Mesmo assim, acaba favorecendo mais a uns em detrimentos de outros.

6 - MEIO AMBIENTE

A T.I. Aldeia Chão Preto localiza-se na área dominada pelos tipos climáticos AW-tropical de savana e AWB-subtropical de altitude. O cerrado em suas diversas variações, marca e individualiza a região sob o aspecto fitofisionômico, estimando ocupar 80% da área. As matas de galeria, presentes na área, ocupam as margens dos cursos d'água cujos solos apresentam boa umidade e altos índices de substâncias orgânicas. A temperatura é elevada durante quase todo o ano, embora possam ocorrer quedas bruscas. O regime de chuvas tem dois períodos distintos: o chuvoso, de outubro a abril e o seco de maio a setembro. As precipitações anuais oscilam entre 1.400 e 1.800 mm. A estação seca representa o período das grandes caçadas e da intensificação das atividades rituais; a das chuvas é o período das migrações, da coleta e do plantio.

Cortada por pequenos cursos d'água, principalmente por parte dos formadores do Rio Couto Magalhães, é uma região de cabeceiras, pouco piscosa porém rica em caça e produtos de coleta. Apresenta partes propícias ao aproveitamento agrícola, segundo os padrões tradicionais do grupo, inclusive para as novas espécies em fase de cultivo comercial, como banana.

Mesmo não dispondo de grandes cursos d'água, os existentes, alguns deles perenes, são imprescindíveis à subsistência física e cultural dos Xavante, assim como da fauna e flora locais. Ilustra esta afirmação o córrego Matrinxã que, com suas nascentes localizadas dentro da área em estudo, é a única fonte de água da aldeia Chão Preto. Dele servindo a população para captação de água para beber e como local de banho: banho diário para o azeite do corpo físico, banho para auxiliar na cura de algumas doenças e banho em ocasiões específicas, para preparar o corpo dos adolescentes para o ritual de iniciação masculino.

Os principais impactos causados à área levaram a desfiguração de parte do cerrado e das matas de galeria, não chegando, felizmente, a provocar o desaparecimento de espécies da fauna e flora utilizados pelos Xavante.

7 - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

No levantamento fundiário realizado na área foi constatada a incidência de duas ocupações, ambas com títulos definitivos, sendo que uma delas conta com benfeitorias - cercas de arame e pastagens - avaliadas em R\$420.534,00 (Quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e quatro reais), segundo cálculos realizados em 26/03/96.

Constatou-se também a existência de vestígios de benfeitorias, sem condições de avaliação, possivelmente edificadas por Olímpio Azambuja de Castro, o qual, segundo relatos, teria sido expulso da área pelos Xavante, em 1989. Sobre esta área tramitam dois processos na Justiça Federal em Cuiabá - MT., os quais foram especificados no item 4 - Histórico.

Segundo o relatório há, da parte dos titulados, pressa na solução da definição da área, para que possam encaminhar suas atividades econômicas.

8 - CONCLUSÃO

Observa-se pelos dados sócio culturais, etno-históricos, ambientais e fundiários, dissertados ao longo do relatório, que na estrita observação do disposto no Art. 231 e parágrafos da Constituição Federal de 1988 e no Decreto nº 1.775, de 08/01/96, essa área denominada Terra Indígena Chão Preto é Xavante e que eles dependem e precisam dela para sua continuação como grupo étnico: a) por ser usada para agricultura, caça, coleta, pesca e atividades rituais, segundo os usos e costumes tradicionais desse povo, especialmente pelos habitantes das aldeias Chão Preto, Campinas, Boa Vida, Jerusalém, Santa Helena e Mato Grosso; e b) por ser ocupada por parte do grupo pelo menos a partir de meados da década de 1850; c) por ter sido, inclusive, doada a eles pelo Estado de Mato Grosso, na década de 1950, o que só não se efetivou por falta de interesse do então SPI em demarcá-la e também porque o próprio governo do estado além de nada fazer para cumprir suas determinações cedeu a interesses contrários a tal efetivação, permitindo e até incentivando sua ocupação pelos integrantes da nova frente de ocupação que constituía a "Marcha para o Oeste"; e d) pela imprescindibilidade dessa terra aos habitantes das aldeias citadas, particularmente os da aldeia Chão Preto, tanto para a preservação dos recursos ambientais necessários ao bem estar do grupo, quanto para a sua subsistência física e cultural. Sem ela poderão ficar privados de sua única fonte de água para consumo, uso diário e ritual. O Córrego Matrinxã, se utilizado para irrigações nas atividades agrícolas já em implantação em parte da área, pelos não índios, poderá vir a secar ou ser contaminado por agrotóxicos, tornando suas águas impróprias para o consumo humano ou animal.

Ainda que a constatação de benfeitorias em área tituladas pelo INTERMAT, a partir da década de 1960, possam causar, à primeira vista, uma idéia de ocupação não indígena consolidada e absolutamente legal na área, o relatório mostra que isso é irreal. Várias falhas foram observadas descaracterizando essa impressão, das quais destacam-se: a) política deliberada do Estado do Mato Grosso no sentido de proporcionar a ocupação das terras Xavante; b) descumprimento do Estado e dos ocupantes não índios a acordos firmados com os Xavante e com a FUNAI.

NORALDINO VIEIRA CRUVINEL

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS-DAF
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO-DEM
MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

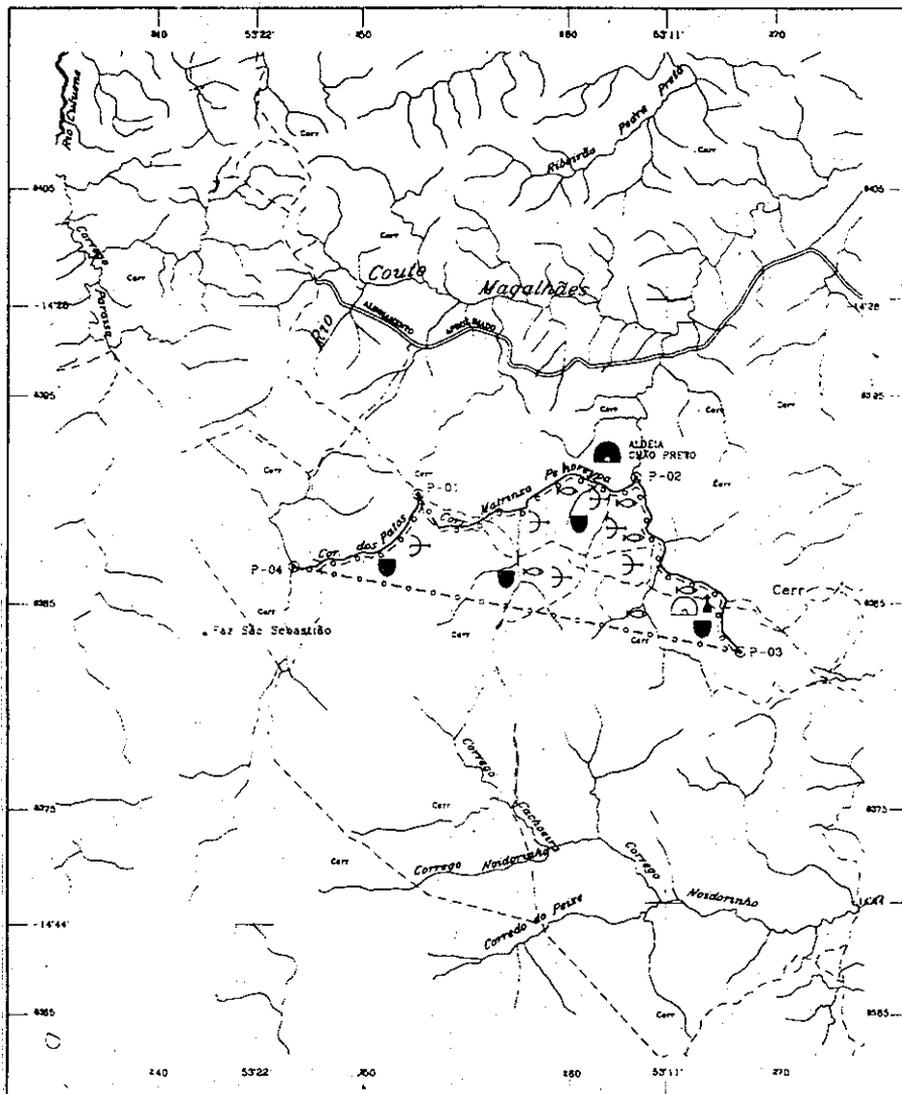
Denominação		Localização	
Terra Indígena CHÃO PRETO		Estado : Mato Grosso	
Grupo Indígena Xavante			
Município : Campinápolis			
Adr : Xavantina			
Coordenadas dos Extremos			
Extremos	Latitude		Longitude
Norte	14°32'34" S	e	53°11'48" Wgr
Leste	14°37'09" S	e	53°09'05" Wgr
Sul	14°37'09" S	e	53°09'05" Wgr
Oeste	14°34'48" S	e	53°21'03" Wgr
Nomenclatura		Órgão	Ano
SD.22-Y-A-V		D S G	1977
Dimensões			
Superfície:	8.060 ha (oito mil e sessenta hectares aproximadamente)		
Perímetro:	52 km (cinquenta e dois quilômetros aproximadamente)		
Descrição do Perímetro			

NORTE: Partindo do Ponto P-01, de coordenadas geográficas aproximadas 14°32'57" S e 53°17'45" Wgr., situado a cabeceira do Córrego dos Patos; daí, segue por uma linha seca até a cabeceira do Córrego Matrinxã; daí, segue à jusante do referido córrego, até o Ponto P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 14°32'34" S e 53°11'48" Wgr., situado na confluência do referido córrego com o córrego sem denominação. LESTE: Do ponto antes descrito, segue-se a montante do córrego sem denominação, até o Ponto P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 14°37'09" S e 53°09'05" Wgr., situado na cabeceira do referido córrego. SUL: Do ponto antes descrito, segue-se por uma linha seca, até o Ponto P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 14°34'48" S e 53°21'03" Wgr., situado na confluência do Córrego dos Patos com o Córrego Paraiso. OESTE: Do ponto antes descrito, segue a montante, pelo Córrego dos Patos até o Ponto P-01, situado na cabeceira do mesmo, início desta descrição perimétrica. Responsável técnico pela identificação dos limites: Gilmar Campos Soeiro, Técnico em Agrimensura, CREA-MT 4.496/TD.

DOU
04.09.97

Sec 1
19.465-6

XVD 14 (4.25)



SINAIS CONVENCIONAIS

- - - - - TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- ⊙ PUNTO DEFINIDOR DE LIMITE
- CURSO D'ÁGUA
- ⊙ ALDEIA, ALDEIA ABANDONADA
- ⊙ CACA, PESSCA
- COLETA
- CEMITERIO

MINISTERIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

DESCRIÇÃO TERRA INDÍGENA CHÃO PRETO		PLANO DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO CAMPINAPOLIS		EXTENSÃO APXIM. 8.060 ha	PERÍMETRO APXIM. 52 km
ESTADO MATO GROSSO		ESCALA 1/250.000	DATA JULHO 96
ARR. REGIONAL XAVANTINA		BASE CARTOGRÁFICA MI - 2115	

TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA DELIMITAÇÃO DOS LIMITES: _____ VISTO CHEFE DO DEPTO: _____ PORTARIA Nº: _____
 LOCAL, DATA E ASSINATURA DO TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA DELIMITAÇÃO DOS LIMITES: _____